

**RECLAMAÇÃO Nº 37.393 - SP (2019/0042014-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECLAMANTE** : **TELEFONICA BRASIL S.A.**  
**ADVOGADOS** : **RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL - SP305379**  
                  **LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415**  
                  **FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI -**  
                  **SP321754A**  
                  **CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744A**  
                  **JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630**  
**RECLAMADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES.** : **PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA**  
**INTERES.** : **JOSE ROBERTO COLLI**  
**ADVOGADO** : **ANTONIO CARLOS GALHARDO - SP251236**

**EMENTA**

RECLAMAÇÃO. 1. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. 2. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO NÃO EVIDENCIADA. 2.1. ALEGADA INAPLICABILIDADE AO PRESENTE CASO DO ENTENDIMENTO CONSTANTE DOS RESPS REPETITIVOS DE N. 1.361.800/SP E DE N. 1.370.899/SP. SENTENÇA GENÉRICA PROVENIENTE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM AMBOS OS CASOS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO. 2.2. PRECEDENTE FORMADO PELO REGRAMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS. APLICABILIDADE IMEDIATA DA TESE NELE FIRMADA. PRESCINDIBILIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. 3. LIMINAR INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Em cumprimento individual de sentença coletiva ajuizado na origem, tendo por objeto a complementação acionária decorrente da contratação dos denominados Planos de Expansão de Telefonia - PEX, a ora reclamante interpôs agravo de instrumento contra a decisão do Juízo singular que determinou a contagem dos juros de mora a partir da citação na ação civil pública.

O recurso foi desprovido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, ensejando a interposição de recurso especial, ao qual foi negado seguimento. Contra essa decisão em juízo negativo de admissibilidade a recorrente interpôs agravo interno, o qual também foi improvido pela Câmara Especial de Presidentes da Corte estadual por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 873):

AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A TELEFÔNICA S/A (AUTOS Nº 2138082-55.2015.8.26.0000). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DO DEVEDOR NA FASE DE CONHECIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, QUANDO ESTA SE FUNDAR EM RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, SALVO A CONFIGURAÇÃO DA MORA EM MOMENTO ANTERIOR AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESACERTO DA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO STJ EM JULGAMENTO REPETITIVO (TEMA 0685). DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Por intermédio da presente reclamação, ajuizada com fundamento nos arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal, 988 e seguintes do CPC/2015 e 187 do RISTJ, a executada alega que o termo inicial para a incidência dos juros de mora em condenações oriundas de ações civis públicas, em eventual reconhecimento de direito do interessado e condenação ao pagamento da obrigação em dinheiro, é a data da citação no procedimento individual de cumprimento de sentença.

Sustenta que o caso em análise é completamente distinto daqueles que fundamentaram os julgamentos dos REsp's n. 1.301.989/RS, 1.361.800/SP e 1.370.899/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, porquanto, em se tratando de sentença genérica, a obrigação de pagamento surge apenas no momento em que cada titular do direito manifesta sua pretensão, requerendo a liquidação do seu crédito. Nesse sentido, destaca os arts. 499 do CPC/2015, 95 e 97 do CDC.

Logo, assere que, "se o termo inicial do cômputo dos juros é o momento da mora, tenha-se em mente que a Telefônica só passou a ser cientificada, ou entrou em mora, quando citada em cada um dos procedimentos individuais e não na ACP (nesta última em 1997), o que inflaria a condenação em absurdos 200%, certamente causando enriquecimento sem causa" (e-STJ, fl. 14).

Assim, requer a concessão de liminar para suspender o processo a fim de evitar o dispêndio desnecessário de tempo e esforço do Poder Judiciário paulista; e, no mérito, a cassação do acórdão reclamado para admitir o trânsito do recurso especial para o STJ.

Brevemente relatado, decido.

De início, afigura-se de rigor assinalar que está inaugurada a competência desta Corte Superior para a análise da presente reclamação, merecendo, assim, conhecimento.

Isso porque a reclamação fundamentada no art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 demanda o esgotamento das instâncias ordinárias, o que, por sua vez, se efetiva apenas "com o julgamento do agravo interno interposto contra a decisão do tribunal de origem que não admitiu o recurso especial, haja vista a previsão expressa do § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015" (AgInt nos EDcl na Rcl n. 35.338/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018).

Em que pese à admissibilidade do petitório em estudo, o pleito preambular não comporta provimento, porquanto não evidenciada a plausibilidade do direito vindicado, ao menos em juízo de cognição perfunctória.

É que a tese firmada nos REspS repetitivos de n. 1.361.800/SP e de n. 1.370.899/SP - dispondo que "os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior" -, ao revés do que defende a postulante, aplica-se perfeitamente à hipótese dos autos, que também tem origem em Ação Civil Pública, vindo a se determinar e especificar os possíveis credores somente com o ajuizamento das execuções individuais das sentenças coletivas.

A propósito, confirmam-se as ementas dos supracitados precedentes desta Casa:

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.**

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Caderneas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública. O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.361.800/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, DJe 14/10/2014);

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.**

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela

coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública. O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

4.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.370.899/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014).

Enfatiza-se que, tanto nos precedentes acima elencados quanto na situação fática em apreço, a fase cognitiva foi processada e julgada de forma genérica, individualizando-se os beneficiários da sentença coletiva apenas na execução desse título.

Acerca da questão, assentou o Tribunal de origem que, "julgados os Recursos Especiais ns. 1.361.800/SP e 1.370.899/SP, sob o regime dos recursos repetitivos, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na ação civil pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior" (e-STJ, fl. 874).

Logo, afigura-se escoreita a conclusão delineada na decisão colegiada ora reclamada, no sentido de que "o acórdão recorrido [...] está em perfeita sintonia com a orientação superior, ao concluir pela exigência dos juros moratórios a partir da citação procedida na fase de conhecimento da ação coletiva" (e-STJ, fl. 874).

Por outro lado, ainda que não tenham transitado em julgado os precedentes firmados no âmbito dos recursos repetitivos, "a jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de ser desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral" (AgRg nos EDcl no AREsp n. 706.557/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13.10.2015).

Na mesma linha de cognição, confira-se o seguinte julgado da Corte

Especial deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. PRECATÓRIO. JUROS ENTRE A DATA DA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS E O EFETIVO PAGAMENTO DA REQUISIÇÃO OU PRECATÓRIO. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA. INCIDÊNCIA. RE 579.431. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

II - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - A jurisprudência do STF e do STJ firmou entendimento no sentido de ser desnecessário aguardar - como pretende o embargante - o trânsito em julgado, para a aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo ou de repercussão geral. Precedentes: STF, AgRg no ARE 673.256/RS, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/10/2013; STJ, AgInt no AREsp 838.061/GO, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 08/06/2016.

IV - Na forma da jurisprudência do STJ, "a possível modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 579.431/RS não implica a ocorrência de vício na decisão ora embargada" (STJ, EDcl no REsp 1.678.776/PR, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017). Na mesma direção: STJ, EDcl no REsp 1.087.406/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 28/11/2017; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.154.221/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA SILVA, QUINTA TURMA, DJe de 24/11/2017. Nesse sentido também: EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1506655/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 12/03/2018.

V - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EAREsp n. 658.534/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/09/2018, DJe 13/09/2018)

Nesse contexto, a rejeição do pedido liminar é impositiva.

Dessa forma, sem prejuízo de nova análise após as informações, **indefiro a liminar pleiteada.**

Solicitem-se informações ao Juízo reclamado acerca dos fatos narrados na presente reclamação.

Cite-se a parte beneficiária da decisão impugnada para apresentar

contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

